



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL  
Desembargador José Nunes da Cunha - CEP - @cidade\_unidade@ - - www.defensoria.ms.def.br  
Bloco 4

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de reforma predial na unidade da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, no município de Cassilândia/MS, conforme especificações da tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM ACERVO TÉCNICO/OPERACIONAL EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DA REFORMA PREDIAL DA UNIDADE DE CASSILÂNDIA/MS, LOCALIZADA NO TRT. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS ARQUITETÔNICOS.	R\$ 207.055,55
Valor Total		R\$ 207.055,55

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado serviço comum de engenharia, visto que não apresenta alta heterogeneidade ou complexidade, conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A licitação será realizada na modalidade **Pregão**, com execução indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, caracterizado por preço certo e total para a integralidade do objeto. O pagamento será efetuado mediante medições vinculadas à execução das etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro, conforme art. 46, § 9º, da Lei 14.133/2021.

1.4. O prazo de execução dos serviços objeto do contrato será de 04 (quatro) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro em anexo.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 8 (oito) meses, contados da assinatura do contrato.

1.6. O contrato, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

1.7. Fonte dos Recursos: Fundo Especial para Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública (**FUNADEP**).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A presente demanda visa a reforma e adaptação do imóvel localizado na Rua Juvenal Rezende e Silva, 299, em Cassilândia/MS, cedido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para uso compartilhado com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE/MS). O objetivo é fornecer os subsídios necessários para a elaboração do Termo de Referência e o subsequente processo de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.2. A presente demanda origina-se do processo SEI n. 33/001750/2024, que formaliza o pedido de uso compartilhado do referido imóvel, o qual pertence à União e é atualmente administrado pelo TRT. A manifestação de interesse e a avaliação de viabilidade do compartilhamento decorreram de tratativas entre as Administrações Superiores de ambas as instituições.

2.3. O atual prédio ocupado pela Defensoria Pública no município de Cassilândia é locado e se revela insuficiente e inadequado para o cumprimento pleno das funções institucionais e o atendimento digno aos assistidos. As limitações atuais incluem:

2.3.1. Presença de degraus (comprometendo a acessibilidade), estrutura de cobertura danificada, infiltrações e outras avarias que carecem de reparo urgente.

2.3.2. A estrutura física não comporta a crescente demanda de atendimentos diários, nem o aumento do número de defensores, servidores e estagiários, evidenciado pelo constante crescimento da Instituição e pela entrada de novos servidores aprovados em concurso.

2.3.3. O espaço físico reduzido e as limitações estruturais comprometem o adequado acolhimento dos assistidos e impactam diretamente na qualidade do serviço público essencial prestado.

2.4. Diante da proposta do TRT, a DPE/MS, por meio de sua Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), composta por engenheiros e arquitetos, realizou uma vistoria técnica e análise detalhada do imóvel sugerido. A SEINFRA considerou favorável a viabilidade do compartilhamento, reconhecendo o potencial do novo espaço para proporcionar um ambiente adequado, funcional e com melhorias significativas nas condições de trabalho e atendimento.

2.5. A reforma do imóvel cedido pelo TRT é indispensável para que o espaço possa atender, de forma plena e eficiente, às demandas específicas de ambas as instituições. Faz-se necessária a realização de adaptações e alterações de layout para:

2.5.1. Acomodar o programa de necessidades da Defensoria Pública e da Justiça do Trabalho de forma organizada.

2.5.2. Assegurar a plena adequação do ambiente para os servidores e o público assistido, garantindo a eficiência, o conforto e a segurança.

2.5.3. Atender aos critérios de espaço, instalações e localização estabelecidos no processo supracitado.

2.6. As especificações da reforma deverão atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com a Resolução DPGE nº 315, de 14 de abril de 2023, e em estrita observância das exigências da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), além de estar alinhada com o Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução proposta consiste na execução de uma reforma construtiva no prédio para possibilitar a ocupação do espaço ocupado pela Instituição e pelo proprietário, em condições adequadas de uso e conservação, conforme determinado pelas partes.

3.2. Diante disso, as intervenções propostas na reforma se baseiam em demolições para

substituições de pisos, troca de fechaduras, troca de porta, remoção e instalação de forros, pintura do imóvel, execução de depósito, entre outros.

3.3. Nesse contexto, os elementos técnicos e operacionais serão minuciosamente detalhados neste Termo de Referência e em seus anexos, incluindo memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária e projetos arquitetônicos, documentos que demandarão a execução dos seguintes serviços:

**3.3.1. Serviços gerais de canteiro:** Deverá ser executada a placa de obra em chapa de aço galvanizado, conforme informações a serem apresentadas pela DPGE/MS. Com a instalação de rede água e energia, provisoriamente, a fim de atender as demandas da reforma. Na área externa é necessário a limpeza, corte e retirada da camada vegetal existente.

**3.3.2. Administração local:** A reforma deverá ser acompanhada por responsável técnico - engenheiro civil ou arquiteto - o qual deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (CAU) devidamente quitada (o), do serviço prestado. O profissional responsável deverá acompanhar a reforma de forma regular e efetiva, e comunicar à fiscalização sobre quaisquer eventuais problemas, bem como sobre o andamento do cronograma da obra.

### **3.3.3. Demolições e retiradas;**

3.3.3.1. Haverá a demolição de parte da pavimentação externa da edificação, para posterior execução de novo passeio.

3.3.3.2. No interior da edificação deverá ser executado a remoção de revestimento de chapas e perfis e drywall existente; demolição de partes de alvenaria de blocos de alvenaria.

3.3.3.3. A remoção de produtos (como luminárias, tomadas, fiação, etc.) deverão ser guardados e entregues para o proprietário, por se tratarem de patrimônio público.

### **3.3.4. Serviços preliminares;**

3.3.4.1. O descarte dos resíduos da obra deverá ser armazenado em caçamba.

3.3.4.2. A instalação de estruturas, pintura e do forro, deverão ser executados sobre andaimes, a fim de atender as NR's vigentes.

### **3.3.5. Estrutural e fechamentos;**

3.3.5.1. Com a construção de um novo depósito, sob a cobertura existente ao fundo, será necessário a execução de um base de sustentação, para a construção e fechamento em alvenaria, chapiscado e rebocado – conforme medidas apresentadas em projeto.

3.3.5.2. Por se tratar de um depósito, as vedações e fechamentos deverão ser coligados com a estrutura de cobertura existente, a fim de não deixar vãos, impedindo a entrada de poeira, animais e água.

### **3.3.6. Pátios e passeios;**

3.3.6.1. As áreas externas e pisos de concreto dos pátios deverão ser preparados para a pintura e renovação das marcações dos estacionamentos, principalmente com a sinalização da vaga do Idoso e PCD.

3.3.6.2. Na parte referente as calçadas, deverão ser adaptadas para a instalação de pisos tátil,

conforme NBR 9050/2020.

### **3.3.7. Esquadrias e fechamentos;**

3.3.7.1. As novas divisões criadas (em alvenaria e/ou drywall) terão acesso por porta de madeira, incluso fechadura com puxadores tipo alavanca.

3.3.7.2. Para as portas dos banheiros PCD deverão ser instalados as barras horizontais, conforme NBR 9050/2020.

3.3.7.3. As novas janelas serão executadas em alumínio com contramarcado e instalação de vidros, a fim de vedar a edificação. A instalação será executada de forma que não será possível infiltrações por água e/ou entrada de poeira/animais, quando estiver fechada.

### **3.3.8. Revestimentos;**

3.3.8.1. Toda as paredes internas da edificação deverão ser pintadas em duas demãos, bem como os forros. Nas áreas externas do imóvel também deve ser realizada a pintura em duas demãos

3.3.8.2. As superfícies metálicas dos gradis externos, da porta de acesso a área de serviço (P8), da janela da copa (J8), das portas metálicas P3 e da escada metálica deverão ser lixadas e pintadas com tinta conforme especificações da planilha orçamentária.

3.3.8.3. As cores das tintas a serem usadas deverão ser verificadas com a fiscalização.

3.3.8.4. Todos os materiais utilizados devem ser executados respeitando as especificações técnicas do fabricante.

3.3.8.5. Antes de serem iniciados os serviços de pintura nas paredes, deverá ser executada a preparação da superfície, sendo observados os seguintes preceitos:

a) A superfície a ser pintada deve estar firme (coesa), limpa, seca e sem poeira, gordura, óleo, ceras, sais solúveis, ferrugem sabão ou mofo;

b) A porosidade da superfície deve ser corrigida;

c) Eliminar qualquer espécie de brilho, usando lixa de grana adequada;

d) Partes soltas ou mal aderidas devem ser eliminadas, raspando-se ou escovando-se a superfície;

e) Manchas de gordura ou graxa devem ser eliminadas com solução de água e detergente neutro. Em seguida, enxaguar e aguardar secagem;

f) Durante os trabalhos, devem ser tomadas precauções para evitar o levantamento de pó, até que as tintas ou vernizes sequem totalmente;

g) Em todos os casos, devem-se seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes de tinta;

3.3.8.6. Serão executadas novas divisórias em drywall, na parte interna, após demolição de alguns itens existentes na edificação, atualmente. Com isso será necessário a adaptação do das redes de elétrica, hidrossanitária, CFTV e instalação de novas louças e metais, inclusive com acessórios.

3.3.8.7. Qualquer dano não identificado em projeto, que necessitar ser reparado, quando constatado em obra, deverá ser previamente indicado à FISCALIZAÇÃO e o serviço executado somente após a sua autorização. Levando em conta a particular vulnerabilidade das serralharias nas juntas entre os quadros ou marcos e a alvenaria, estas deverão ser cuidadosamente seladas com calafetador que lhe assegure impermeabilidade e plasticidade permanentes.

3.3.8.8. Os forros de todos os ambientes internos da edificação serão de fibra mineral composto de placas com dimensão de 1250x625x15mm, conforme detalhado em projeto.

3.3.8.9. O forro de fibra mineral é constituído de chapas presas em perfis de aço galvanizado. O forro é montado com perfis metálicos (tabicas) fixadas na parede por meio de parafusos e de tirantes chumbados na laje superior, onde são acoplados os reguladores (niveladores).

3.3.8.10. Os revestimentos de piso só devem ser executados após assentamento de todas as tubulações e canalizações. Todo o procedimento deve ser acompanhado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

3.3.8.11. Áreas sujeitas a chuvas e lavagem deverão ter caimento satisfatório ao perfeito e rápido escoamento das águas. As áreas molhadas deverão receber tratamento impermeabilizante.

3.3.8.12. A aplicação de materiais de constituição e revestimento de pisos deve estar de acordo com as determinações do Projeto Arquitetônico. O revestimento dos pisos somente deve ser executado após a conclusão dos revestimentos de paredes e tetos.

### **3.3.9. Limpeza e verificação final;**

3.3.9.1. Após o término dos serviços acima especificados, a contratada procederá à limpeza da obra. Parte do piso existente deverá ser limpo com escovação manual e detergente neutro e parte com ácido muriático. Também deverá ser executado a limpeza de janelas e portas.

3.3.9.2. Não serão aceitos respingos de tinta ou de outros materiais em nenhum elemento aparente nos locais de intervenção.

3.3.9.3. A obra deverá ser entregue totalmente limpa, com as instalações em perfeito funcionamento, garantindo suas condições plenas de utilização. Possíveis restos de materiais provenientes das execuções dos serviços deverão ser retiradas do imóvel pela contratada, ao final da obra.

### **3.3.10. Paisagismo;**

3.3.10.1. As área que foram limpas e corrigidas, durante a limpeza das área verdes existentes, serão replantadas conforme modelos descritos em planilha e apresentados pela FISCALIZAÇÃO.

3.4. A Defensoria deverá sempre ser consultada na decisão de qualquer alteração de projeto e/ou de material e/ou do dimensionamento dos sistemas que compõem o projeto. É obrigatório à empresa contratada registrar ART/RRT de execução de obra junto ao CREA/CAU.

3.5. É obrigatório a todos os funcionários o uso de equipamentos completos de EPI, sendo que o não uso dos mesmos poderá acarretar notificação e multa à empresa contratada.

3.6. A obra obedecerá à boa técnica, atendendo às recomendações da ABNT e Normas de Segurança e Saúde no Trabalho. A obra será entregue completamente limpa.

3.7. A Defensoria deverá sempre ser consultada na decisão de qualquer alteração de projeto e/ou de material e/ou do dimensionamento dos sistemas que compõem o projeto. É obrigatório à empresa contratada registrar ART/RRT de execução de obra junto ao CREA/CAU.

3.8. A obra deverá oferecer total condição de habitabilidade e segurança.

3.9. Qualquer dúvida, informação e/ou alteração (seja de material e/ou projeto), desde que não esteja registrada nos documentos oficiais ou em Contrato, deverá ser registrada juntamente com o Fiscal da Obra. Qualquer alteração, sendo aprovada, a mesma deve ser realizada por escrito.

3.10. A empresa contratada deve concluir a reforma com todos os retoques e arremates

apontados pela fiscalização, além de garantir a limpeza total do local. O orçamento fornecido não exime a empresa vencedora de cumprir todas as tarefas e recomendações técnicas previstas no projeto.

3.11. Todos os materiais utilizados devem ser de alta qualidade, atender aos padrões exigidos, possuir garantia e certificação de órgãos competentes, e estar em conformidade com as legislações vigentes e as normas da ABNT.

3.12. O objeto deste documento caracteriza-se como um serviço de natureza comum de engenharia, uma vez que a técnica a ser aplicada é amplamente conhecida, dominada e disponibilizada no mercado, consistindo em atividade de reforma interna e externa.

3.13. O objeto a ser contratado refere-se a serviços de natureza não continuada, por se tratar de serviço de engenharia com escopo previamente definido e execução limitada no tempo, caracterizado por possuir início, meio e fim.

3.14. A empresa deve atender aos elementos técnicos e operacionais detalhados no memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e projetos arquitetônicos que serão anexados junto ao Termo de Referência.

### **3.15. Diário de Obra;**

3.15.1. Este documento deverá registrar as ocorrências diárias da obra. Portanto A CONTRATADA deverá confeccioná-lo obrigatoriamente, sem ônus para a CONTRATANTE, em 03 (três) vias, sendo as duas últimas destacáveis.

3.15.2. O diário não poderá sair do local dos serviços durante o período de execução. O diário de obra deverá ser preenchido e assinado preferencialmente pelo encarregado de obras residente.

3.15.3. A ausência do livro no canteiro de obras é considerada como descumprimento de obrigações contratuais motivo para ocorrência de penalidades.

3.15.4. Distribuição de vias:

1ª via: permanece no diário de obra. O caderno completo, após o término da obra, será entregue formalmente.

2ª via: retirada pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE a cada visita.

3ª via: via do contratado.

3.15.5. Atualmente, o Diário de Obras também pode ser executado e encaminhado no formato digital, caso opte por essa situação, deverá informar ao Fiscal da Obra, por escrito.

### **3.16. Parcelamento ou não da Solução;**

3.16.1. A justificativa para a adoção da solução de forma integral, sem parcelamento, fundamenta-se no fato de que os serviços a serem licitados possuem natureza similar, consistindo essencialmente em serviços de engenharia voltados à manutenção predial.

3.16.2. Essa abordagem proporciona ganhos em economia de escala, melhora a padronização, otimiza a logística e o gerenciamento das atividades, uma vez que a unidade gestora lidará com um único fornecedor. Além disso, contribui para maior celeridade na tramitação e julgamento do processo licitatório.

3.16.3. Dessa forma, o parcelamento da solução não é recomendável, tendo em vista que o parcelamento do objeto em lotes interfere diretamente na qualidade do resultado final, em respeito ao princípio da eficiência e economicidade requer que apenas uma empresa seja encarregada da totalidade dos serviços a serem executados.

3.16.4. Diante do exposto, conclui-se que o objeto em questão não admite o parcelamento da

solução, por se tratar de medida economicamente inviável. Isso porque a divisão dos serviços poderia comprometer a efetividade da contratação, uma vez que tais serviços são compatíveis entre si, podendo ser julgados com base em um mesmo critério e executados por um único fornecedor. Ademais, permanece assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

3.16.5. Não se aplica a obrigatoriedade de reserva de cotas ou itens para a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), conforme previsto no Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.16.6. Esta dispensa é justificada pela inviabilidade técnica e econômica de parcelamento do objeto (conforme detalhado nos itens 3.13.1 a 3.13.4), que consiste em um serviço único de engenharia para reforma predial. O parcelamento em lotes comprometeria a qualidade da execução, a padronização e a economia de escala, tornando a divisão prejudicial ao conjunto da obra e, portanto, inadequada para a reserva de cotas.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Subcontratação**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, **exceto** se a subcontratação estiver vinculada à prestação de serviço acessório.

4.2. A subcontratação de partes do objeto, restrita a serviços de natureza acessória, técnica ou complementar, será admitida nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021 e seus parágrafos, desde que expressamente autorizada pela administração e compatível com as exigências de habilitação técnica e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.3. Qualquer ato que implique a substituição do Contratado por outra pessoa jurídica, como a fusão, cisão ou incorporação, somente será admitida mediante expresso e prévio consentimento da Contratante, mediante a formalização de Termo Aditivo, desde que:

- a) Seja mantida a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (quando for o caso);
- b) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;
- c) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- d) Não haja qualquer prejuízo à boa execução das obrigações pactuadas.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 12 horas às 19 horas.

4.5. A vistoria deverá ser realizada no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da abertura da sessão pública.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo ser agendada diretamente com a Secretária de Infraestrutura da DPGE/MS, pelo telefone (67) 3318-2548 ou através do e-mail: [dae@defensoria.ms.def.br](mailto:dae@defensoria.ms.def.br).

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e

peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Sustentabilidade**

4.10. O desenvolvimento sustentável é um princípio (art. 5º) e um objetivo (art. 11º) da Lei 14.133/21, incidente em aquisições, serviços e obras, desde a fase de planejamento, a elaboração do edital, a execução contratual e a destinação ambiental adequada dos resíduos e rejeitos.

4.11. As compras e contratações sustentáveis desempenham papel estratégico para os órgãos públicos e, quando executadas de forma adequada, promovem a sustentabilidade nas ações governamentais. Em essência, consistem na utilização do poder de compra estatal para gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais.

4.12. A diretriz de sustentabilidade aplicável a esta contratação será, quando pertinente, aquela constante no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, em sua versão mais atualizada, sem prejuízo de outras normas e técnicas complementares que se mostrem mais adequadas à execução do objeto contratado.

4.13. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 3º da Lei nº 14.133/2021, deverão ser estabelecidos critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto licitado, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. As diretrizes pertinentes ao presente certame são as seguintes:

### **a) Guia 24. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

4.14. Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos estes, como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

4.15. Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469 /2015);

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem

como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

4.16. Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.17. Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

4.18. Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

4.19. Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, lotes vagos, corpos d'água e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reserva de material para usos futuros;

II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.20. O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

4.21. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, além de outras normas correlatas.

4.22. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão se fundamentar no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

4.23. A contratada se responsabilizará pelas ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da prestação dos serviços, removendo e promovendo a devida destinação resíduos da construção civil, nos termos da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, entre outras legislações aplicáveis.

4.24. Quando as manutenções prediais gerarem resíduos sólidos serão solicitadas caçambas alugadas para acondicionamento dos resíduos de construção civil, ficando posicionadas na área de carga e descarga.

4.25. A responsabilidade de alugar as caçambas e transporte será da Contratada, que deve assumir o gerenciamento, garantir a rastreabilidade e atendimento à legislação aplicável.

## **Licenciamento Ambiental**

4.26. O licenciamento ambiental é exigido para empreendimentos e atividades que utilizam

recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental, tais como indústrias, atividades agropecuárias, obras de infraestrutura e outras atividades com impacto ambiental significativo. O objetivo do licenciamento é assegurar que tais atividades sejam conduzidas de forma sustentável, minimizando efeitos negativos ao meio ambiente.

4.27. A obtenção de licença ambiental é obrigatória para implantação de novos empreendimentos, para início de atividades passíveis de afetar o meio ambiente, bem como para ampliação ou modificação de empreendimentos já existentes, quando tais alterações possam gerar novos ou maiores impactos ambientais.

4.28. No presente caso, considerando que o objeto contratual refere-se a reforma de caráter simples, sem ampliação que implique alteração significativa das condições ambientais, conclui-se pela dispensa de licenciamento ambiental.

### **Normas Urbanísticas e ao Patrimônio**

4.29. A execução da reforma deverá observar rigorosamente as normas relativas à avaliação de impacto de vizinhança, conforme estabelecido na legislação urbanística municipal de Cassilândia/MS, em atendimento ao Art. 45, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.30. A Contratada deverá zelar pela proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, adotando medidas para evitar qualquer impacto direto ou indireto negativo sobre bens dessa natureza eventualmente existentes na área de intervenção ou em seu entorno, conforme o Art. 45, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.31. Caso sejam identificados vestígios de valor histórico ou arqueológico durante a execução da obra, os trabalhos deverão ser imediatamente suspensos e a fiscalização comunicada para as providências junto aos órgãos competentes.

### **Participação de Empresas em Consórcio**

4.32. Não será permitida a participação de empresas em consórcio nesta licitação, conforme faculta o art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

4.33. O objeto da presente contratação refere-se à execução de obra de reforma, atividade que, apesar de exigir qualificação técnica, apresenta complexidade compatível com o mercado local e regional. Trata-se de serviço amplamente ofertado por uma vasta gama de empresas de engenharia, não exigindo tecnologias sofisticadas ou aportes financeiros extraordinários que justifiquem a união de esforços de duas ou mais empresas.

4.34. A vedação à participação de consórcios não restringe a competitividade, uma vez que o número de empresas individuais aptas a atender integralmente às exigências do Termo de Referência é elevado. O instituto do consórcio deve ser utilizado para viabilizar objetos de grande vulto ou alta complexidade que empresas isoladas não conseguiriam executar, o que não se aplica ao presente caso.

4.35. A execução de obras exige rigoroso controle de qualidade e unidade de responsabilidade técnica. A fragmentação da execução entre diferentes empresas consorciadas poderia gerar riscos à unidade de comando e à padronização dos serviços. O gerenciamento de um consórcio para uma obra deste porte importaria à Administração um ônus fiscalizatório desproporcional, dificultando a responsabilização imediata em caso de falhas executivas ou vícios construtivos.

4.36. A admissão de consórcios demanda uma análise documental e jurídica mais complexa na fase de habilitação. Diante de um objeto que não demanda tal medida, esse esforço administrativo mostra-se contrário ao princípio da eficiência, visto que não há ganho técnico ou econômico que compense o aumento da carga burocrática no gerenciamento do certame e do futuro contrato.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos do recebimento da ordem de serviço.

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, serão detalhadas no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projetos Arquitetônicos, documentos estes, anexos ao Edital.

5.1.3. A CONTRATADA terá o prazo total de 4 (quatro) meses, a partir da data de início da execução do serviço, para executar todos os serviços objeto do contrato. O início e a conclusão das etapas deverão estar de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro de cada item.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Juvenal Rezende e Silva, nº 299, Cassilândia/MS.

5.3. A execução contratual será prestada em horário comercial, conforme acordado com a coordenação da unidade, uma vez que a mesma estará em funcionamento.

5.3.1. O contratado deverá observar as regras referente ao período trabalhado de todos os envolvidos na contratação conforme disposto na Convenção Coletiva do Trabalho do local da obra.

### **Materiais e diretrizes do serviço**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. A execução dos serviços deverá sempre obedecer rigorosamente aos projetos e às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) relativas a cada tipo de serviço, bem como às normas e prescrições das concessionárias de serviços públicos e da Prefeitura Municipal, e as normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da Fiscalização.

5.6. A fiscalização reserva-se ao direito de suspender ou paralisar todo e qualquer serviço em andamento que esteja em desacordo com os documentos fornecidos pela Secretaria de Infraestrutura da DPE/MS, quando executados em desacordo com as Normas Técnicas vigentes, bem como poderá a qualquer momento, exigir que seja feita pela empreiteira, às suas expensas, a retirada ou demolição destes serviços.

5.7. Os atrasos de cronograma decorrentes de paralisação de serviços por ordem da fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, baseados nos motivos do subitem anterior, em hipótese alguma justificam atraso no prazo contratual de conclusão de serviços, nem servirão de argumento para eventual pedido de prorrogação de prazo.

5.8. A contratada se obriga a corrigir quaisquer vícios construtivos ou defeitos na execução da obra, inclusive após a entrega, dentro do prazo estabelecido no Código Civil.

5.9. Sempre que a contratada verificar alguma incompatibilidade no projeto, dificuldade em interpretar qualquer peça gráfica, ou mesmo incompatibilidade entre MEMORIAL DESCRITIVO x PLANILHA DE ORÇAMENTO x PROJETO ARQUITETÔNICO x TERMO DE REFERÊNCIA,

deverá imediatamente levar o fato ao conhecimento da Secretaria de Infraestrutura, por intermédio do fiscal técnico, sob pena de ter que refazer, às suas expensas, o serviço executado ou devolver ao fornecedor o material adquirido sem a devida certeza de seu uso.

5.10. A fiscalização poderá exigir da empresa amostras e laudo comprobatório do material a ser utilizado no serviço, a fim de se aferir suas propriedades e qualidades para posterior aprovação ou não do seu uso na obra.

5.11. Os entulhos gerados ficarão a cargo da contratada que dará a correta destinação de todos os resíduos conforme o grupo em que cada um se encaixa, respeitando normas, regulamentações, resoluções e instruções normativas específicas.

5.12. A limpeza do local que se prestou o serviço e dos resíduos deverá ser realizada em todas as etapas da obra, mantendo um ambiente limpo para que, mesmo em obra, os locais permaneçam organizados, minimizando riscos de acidentes e os consequentes impactos no meio ambiente e/ou na natureza.

5.13. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT, aplicáveis ao caso.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.16. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período em que os serviços estiverem sendo prestados.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da

atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos moldes da Resolução DPGE nº 317, de 14 de abril de 2023.

## **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. Ademais, nos moldes da Resolução DPGE nº 317, de 14 de abril de 2023:

(...) Art. 6º Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das

notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor do contrato para ratificação;

VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII- Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, quando for o caso;

IV - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias para a elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 5º; e

X - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 9º, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

## **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Ademais, nos moldes da Resolução DPGE nº 317, de 14 de abril de 2023:

(...) Art. 7º Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos, de apostilamentos e de termos aditivos relacionados ao contrato, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em legislação vigente;

IV - atuar, tempestivamente, na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias para a elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 5º; e

VI - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 9º, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

## **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do

contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.23. Ademais, nos moldes da Resolução DPGE nº 317, de 14 de abril de 2023:

(...) Art. 5º Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 4º;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor correspondente para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 4º;

VI - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando necessário;

VII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

VIII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 9º, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

IX - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados;

7.2.2. Deixou de executar, ou não executa com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. O prazo para apresentação da contestação pelo Contratado do IMR será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação.

7.4. O prazo para apresentação da resposta à contestação pela administração será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da contestação.

7.5. Importante ressaltar que, quanto a GLOSA-RETENÇÃO em atenção ao IMR: caso já tenha ocorrido a liquidação e o pagamento indevido de uma parcela da execução do objeto, a Administração, em caráter cautelar, poderá se valer da “glosa” para viabilizar o ressarcimento do desconto a ser realizado em pagamentos futuros.

7.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Da Medição e Aferição;**

7.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos, bem como a avaliação da interferência das chuvas anotadas no Diário de Obra.

7.8. Ao final de cada etapa prevista no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.9. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade.

7.10. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados, quando for o caso.

7.11. Os serviços serão medidos até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da execução, por Comissão de Fiscalização designada, exceto quando se tratar da primeira, final ou única medição.

### **Recebimento Provisório;**

7.12. Recebimento Provisório: Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados.

7.13. O prazo será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o objeto em que se verificarem vícios, cabendo à fiscalização não atestar a última medição até que as pendências sejam sanadas.

### **Recebimento Definitivo;**

7.15. Recebimento Definitivo: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções; 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação e Pagamento;**

7.16. Liquidação: Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação (conferência de elementos essenciais e regularidade fiscal/SICAF), prorrogáveis por igual período.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, o prazo ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus ao Contratante.

7.18. Prazo de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da apresentação efetiva da medição, com a respectiva nota fiscal, devidamente conferida, aprovada e atestada.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal (FGTS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais e CNDT).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo de Construção - Disponibilidade Interna (INCC-DI) de correção monetária.

### **Forma de Pagamento;**

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Regime de Execução**

8.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

8.4. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de

declaração da licitante, na forma do art. 90, § 3º da Lei n.º 14.133/2021.

8.4.1. Não será exigida a prestação de garantia para a apresentação de proposta nesta licitação, conforme faculdade prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.2. A dispensa da garantia da proposta fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade e na desburocratização do certame, considerando que o objeto trata-se de serviço comum de engenharia com projetos e planilhas previamente delimitados.

8.5. Ademais deverá ser observado o disposto no art. 59, inciso V, §3º, §4º, §5º:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:(...)

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável. (...)

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

### **Exigências de habilitação**

8.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Disponível em: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal: relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17.1. A inscrição municipal é o registro que habilita a empresa perante o fisco local para o exercício de atividades prestadoras de serviços. Dado que o objeto consiste em serviço de engenharia, a regularidade cadastral é indispensável para a fiscalização tributária e emissão de notas fiscais de serviço (NFS-e).

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal: mediante apresentação de certidão expedida pelo órgão competente da sede ou domicílio do licitante, que comprove a inexistência de débitos tributários municipais, com ênfase no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos do art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

8.18.1. A exigência de regularidade fiscal municipal é a que possui pertinência direta com a natureza desta contratação. Por se tratar de um serviço, a atividade principal é classificada tecnicamente como um serviço de engenharia. Em contratos desta natureza, o imposto incidente sobre a operação é de competência dos municípios (ISS), e não dos estados (ICMS). Portanto, exigir a regularidade estadual seria impertinente ao ramo de atividade executado, enquanto a comprovação de regularidade junto à Fazenda Municipal é essencial para garantir que a futura contratada esteja em dia com o tributo gerado pela própria execução da obra.

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.20. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos e de qualquer trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

8.21. Em conformidade com o Art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme detalhado no item 9 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), não será aplicado o tratamento diferenciado (reserva de cotas ou exclusividade) para ME/EPP nesta licitação. A natureza da reforma em Cassilândia exige unidade técnica e operacional, sendo o parcelamento do objeto considerado prejudicial à economia de escala, à padronização e à eficiência da execução da obra.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG =	<hr/>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	<hr/>
	Ativo Total
SG =	<hr/>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	<hr/>
	Ativo Circulante
LC =	<hr/>
	Passivo Circulante

8.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, de acordo com o art. 69º, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) extraídos de sua escrituração contábil, admitindo-se a apresentação de forma simplificada, desde que contenham os dados necessários para o cálculo dos índices previstos no item 8.24.

## Qualificação Técnica

8.30. Apresentação do Atestado de Vistoria do local ou Declaração de Abstenção de Vistoria, conforme o caso e modelos disponíveis, tendo a finalidade de demonstrar que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

8.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de engenharia, com característica semelhante ao objeto do contrato, que será o responsável técnico, conforme indicado abaixo:

8.32.1. Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto, o qual ficará a cargo da execução da obra como preposto da contratada;

8.32.2. Deverá constar na declaração, além do nome do profissional, a sua qualificação (graduação, especialização, mestrado e doutorado) e o número do seu registro no conselho de classe;

8.32.3. O profissional indicado na forma supra deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

8.32.4. Em conformidade com o art. 67, §12º, da Lei nº 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar (art. 156, inciso III) ou declaração de inidoneidade (art. 156, inciso IV), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.32.5. Não é necessário vínculo empregatício entre o profissional indicado e o licitante. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional do detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.33. A comprovação de capacidade técnica-operacional será feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo conselho profissional competente, ou, na comprovada impossibilidade de obtê-lo, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme faculta o inciso II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021. O documento deve comprovar que a licitante executou serviços com características, vulto e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação, observando-se os seguintes parâmetros:

Item	Código	Descrição	Valor Original	Valor a analisar (%)

<b>6.2.3.1.</b>	96361	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	80,79 m²	40,39 m²
-----------------	-------	--	----------	----------

8.33.1. A comprovação de que trata o item 8.33 será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do item da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.33.2. Será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas principais, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

8.34. O responsável técnico da empresa licitante deverá estar devidamente registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia (CREA).

8.35. A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia (CREA).

8.36. As empresas que não possuem cadastro, no Estado de Mato Grosso do Sul, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), deverão apresentar, no momento da contratação, o visto emitido pelo conselho competente, conforme art. 58 da Lei Federal nº 5.194/1996.

8.37. Tais documentos (atestados) deverão atestar o desempenho anterior do licitante e conter, obrigatoriamente: razão social e dados de identificação da entidade emitente (CNPJ, endereço, telefone); local e data de emissão; bem como o nome completo, cargo, telefone, e-mail, e a assinatura do responsável pelas informações prestadas.

8.38. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.39. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

8.39. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

8.39.1. A exigência de quantitativos mínimos para a capacidade técnico-profissional fundamenta-se no Art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021. Tal medida visa garantir que o profissional responsável possua experiência executiva compatível com a complexidade do objeto, assegurando a segurança estrutural e a eficiência técnica das parcelas de maior relevância, não se tratando de restrição, mas de garantia da execução contratual e do interesse público.

8.40. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.40.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional, será admitida a somatória de atestados (CATs) para o alcance do quantitativo mínimo exigido na tabela abaixo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos:

Item	Código	Descrição	Valor Original	Valor a analisar (%)
6.2.3.1.	96361	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS	80,79 m²	40,39 m²

8.41. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar possuir em seu quadro técnico, na data da contratação, profissional de nível superior, detentor de Certidão de Acervo Técnico-Profissional (CAT), devidamente averbada no CREA ou CAU, que comprove a execução de serviços de características técnicas similares às do objeto desta licitação.

8.41.1. Não é necessário vínculo empregatício entre o profissional indicado e o licitante. A disponibilidade do profissional pode ser demonstrada por meio de outros documentos, como contrato de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional do detentor do atestado apresentado. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

### Disposições gerais sobre habilitação

8.42. A Secretária de Infraestrutura da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, pode solicitar informações adicionais caso considere as apresentadas insuficientes ou insatisfatórias, obrigando-se o licitante a fornecê-las sem nenhum ônus para a Defensoria Pública.

8.43. A empresa contratada será responsável por quaisquer materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução do objeto.

8.44. A Contratada deverá apresentar Responsável Técnico, bem como emitir ART/RRT de execução e entregá-la à fiscalização no ato da assinatura da Ordem de Início de Serviços.

8.45. Conforme Resolução 1.137/2023 e demais alterações (CONFEA); Resolução nº 243, de 20 de outubro de 2023 e Resolução nº 249, de 28 de dezembro de 2023 (CAU/BR); Conforme Lei 14.133, art. 67; os Atestados poderão ser analisados conforme novo entendimento regido pelas resoluções de cada Conselho, ou seja:

8.45.1. Conforme Resolução 1.137/2023, art. 73; os Atestados registrados no CREA a partir de 01 de agosto de 2023, deverão ser encaminhados individualmente, sendo a CAT (certidão de acervo técnico profissional – pessoa física) e a CAO (certidão de acervo técnico operacional – pessoa jurídica).

8.45.2. Conforme Resolução nº 243, de 20 de outubro de 2023 e Resolução nº 249, de 28 de dezembro de 2023; os Atestados registrados no CAU a partir de 01 de março de 2024, deverão ser encaminhados individualmente, sendo a CAT-A (certidão de acervo técnico profissional – pessoa física) e a CAT-O (certidão de acervo técnico operacional – pessoa jurídica).

## Requisitos de Idoneidade

8.46. Certidões negativa de licitante inidôneo e improbidade administrativa:

8.46.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>);

8.46.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

8.46.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.46.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 207.055,55 (duzentos e sete mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM ACERVO TÉCNICO/OPERACIONAL EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DA REFORMA PREDIAL DA UNIDADE DE CASSILÂNDIA/MS, LOCALIZADA NO TRT. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS ARQUITETÔNICOS.	R\$ 207.055,55

9.2. De acordo com o Art. 23, inciso I, § 2º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. (...)

§ 2º - No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), para as demais obras e serviços de engenharia;

9.3. Os custos para execução foram baseados na tabela SINAPI, referência de JANEIRO/2026. Assim, para composição de custos levou-se em consideração os seguintes serviços:

Item	Descrição do Serviço	Valor Total com BDI (R\$)

<b>1</b>	Serviços gerais de canteiro	7.904,38
<b>2</b>	Administração e documentação da obra	14.704,21
<b>3</b>	Demolições e retiradas	1.869,37
<b>4</b>	Serviços preliminares	1.596,09
<b>5</b>	Estrutural e fechamentos	6.433,47
<b>6</b>	Pátios e passeios	168.996,28
<b>7</b>	Paisagismo	3.089,54
<b>8</b>	Limpeza final de obra	2.462,21
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 207.055,55</b>

9.4. O BDI deste serviço de engenharia foi calculado conforme Acórdão nº 2622/2013 do TCU, no valor de 22,23%.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A classificação orçamentaria será indicada pela Secretaria de Finanças e colacionada aos autos assim que requisitada pela Coordenadoria de Licitações.

10.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de quais naturezas forem.

10.3. Os preços unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

## **11. REAJUSTE E REQUILÍBRIO**

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (SINAPI de JANEIRO de 2026). Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custos da Construção INCC-10.

11.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.6. Eventuais solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser fundamentadas com planilha comparativa de custos e provas da ocorrência superveniente. O prazo de resposta pela Contratante ao pedido será de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento.

## **12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

12.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

12.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

12.1.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

12.1.3. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato ou instrumento equivalente;

12.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente;

12.1.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

12.1.6. Fiscalizar o Contrato ou instrumento equivalente através do setor competente da Contratante;

12.1.7. Acompanhar a execução do contrato ou objeto equivalente, efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

## **13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

13.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

13.1.1. Prestar os serviços contratados, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos;

13.1.2. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato que envolva o nome da contratante mediante sua prévia e expressa autorização;

13.1.3. Manter, durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.4. Instruir o fornecimento dos objetos do contrato ou instrumento equivalente com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

13.1.5. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

13.1.6. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato ou instrumento equivalente, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens.

13.1.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

13.1.8. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da

execução deste contrato.

13.1.9. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venha a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

13.1.10. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referente ao objeto do contrato e especialidades pertinentes.

13.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

13.1.12. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

13.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 ao 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.1.14. No momento da assinatura do contrato, a contratada deverá designar um ou mais prepostos, com poderes de resolver possíveis ocorrências durante a execução contratual, assegurando o bom andamento dos serviços e tomando as medidas necessárias para a correção de quaisquer falhas detectadas.

13.1.15. Possuir cadastro no sistema e-CJUR do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

## **14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete as infrações administrativas e eventuais sanções serão regidas nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e da Resolução DPGE nº 365, de 17 de janeiro de 2025.

14.2. A multa de mora será imposta ao fornecedor que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso em relação ao prazo fixado neste Termo de Referência e no respectivo contrato.

14.3. A multa de mora será aplicada por dia de atraso, no percentual de 0,5% (meio por cento), incidindo sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto.

14.4. O valor da multa de mora calculada na forma deste item não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida.

14.5. Na hipótese de ser atingido o limite máximo de atraso ou o teto da multa estabelecido no item anterior, o gestor do contrato deverá comunicar imediatamente à Secretaria de Gestão Administrativa.

14.6. A comunicação mencionada no item anterior deverá informar, de forma motivada, se ainda persiste o interesse da Administração Pública na entrega dos bens ou na prestação do serviço.

14.7. A critério da Administração, a multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória e ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas na legislação vigente.

## **15. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

15.1. O presente Termo de referência rege-se pelas normas instituídas por meio da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e na forma e condições fixadas na Legislação Vigente, bem como o disposto nas Resoluções e Instruções Normativas da Defensoria Pública de Mato

Grosso do Sul.

15.2. Todas as Resoluções e Instruções Normativas da DPGE/MS que gerem as contratações desta Instituição estão disponíveis para consulta no site: <https://www.defensoria.ms.def.br/menudefensoria/legislacao-institucional>.

## **16. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A rescisão contratual poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 138, inciso I e art. 139 da Lei 14.133/2021.

16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

16.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.2. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual ou documento equivalente, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

16.3. O instrumento contratual ou documento equivalente poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

16.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE, e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no instrumento contratual ou documento equivalente.

16.5. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do instrumento contratual ou documento equivalente.

16.6. As partes reconhecem os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. O presente Termo de referência rege-se pelas normas instituídas por meio da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e na forma e condições fixadas na Legislação Vigente, bem como o disposto nas Resoluções e Instruções Normativas da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul.

17.2. Todas as Resoluções e Instruções Normativas da DPGE/MS que gerem as contratações desta Instituição estão disponíveis para consulta no site: <https://www.defensoria.ms.def.br/menu-defensoria/legislacao-institucional>.

17.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida em favor do Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública, CNPJ nº 05.505.050/0001-44, e deverá ser encaminhada à Secretaria de Gestão Administrativa para o devido recebimento e conferência.

## **13. ANEXOS**

**Anexo I** - Índice de Medição de Resultado;

**Anexo II** - Planilha Não Desonerada;  
**Anexo III** - Planilha Desonerada;  
**Anexo IV** - Memorial Descritivo;  
**Anexo V** - Prancha 01;  
**Anexo VI** - Prancha 02;  
**Anexo VII** - Rede Elétrica 01;  
**Anexo VIII** - Rede Elétrica 02;  
**Anexo IX** - Rede Lógica;  
**Anexo X** - Registro de Responsabilidade Técnica;  
**Anexo XI** - Projeto Alarme;  
**Anexo XII** - Projeto Cerca Elétrica;  
**Anexo XIII** - Projeto CFTV;  
**Anexo XIV** - Planilha de Composição de Preço - LICITANTE;  
**Anexo XV** - Cessão de Uso.

Campo Grande – MS, assinado e datado digitalmente.

**Rodolfo Olmedo Borges**

Técnico de Defensoria

**Angelo Ulpiano Facioni**

Coordenador de Infraestrutura – SEINFRA



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO OLMEDO BORGES, TÉCNICO DE DEFENSORIA**, em 16/03/2026, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELO ULPIANO FACIONI, Coordenador**, em 16/03/2026, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3T0MKe9> informando o código verificador **0429675** e o código CRC **66A9CE74**.